



BRASÍLIA: CIDADE PLANEJADA, IDENTIDADE FLUIDA

Patrícia Cabral de Arruda*

Resumo

Este trabalho coloca em questão a existência, ou não, de uma identidade característica do povo brasileiro. Para tanto, discute-se a noção de *modernidade líquida* (BAUMAN, 2001) a fim de demonstrar como a formação das identidades na contemporaneidade não depende de fatores rígidos. Na linha do pensamento de Hobsbawm (2006), questionamos o fator tempo como determinante para se construir uma “tradição”. Ao percorrer os caminhos da formação nacional da brasilidade, traçamos um paralelo entre a miscigenação que originou o povo brasileiro e a mistura, traço marcante na constituição da cultura brasileira.

Palavras-chave: Identidade, Brasília, Cultura, Modernidade.

Você sabe melhor do que ninguém, sábio Kublai, que jamais se deve confundir uma cidade com o discurso que a descreve. Contudo, existe uma ligação entre eles.

(Ítalo Calvino, *As cidades Invisíveis*)

Como será quem nasce em Brasília quando crescer e virar homem? Porque a cidade é habitada por forasteiros nostálgicos. Os exilados. Os que nascem lá serão o futuro. Futuro faiscante como o aço. Se eu ainda estiver viva, aplaudirei o produto estranho e altamente novo que surgirá...

(Clarice Lispector, *A descoberta do Mundo*)

A identidade é um tema discutido em diversas áreas do conhecimento. Trata-se de um conceito extremamente “movediço”, cuja chave para compreensão a sociologia busca na vertente cultural. Considerando que esta é uma questão emblemática, a perspectiva adotada congregará cultura e pensamento social para analisar a constituição dos seus elementos e sua especificidade em Brasília.

Para Renato Ortiz a identidade é uma construção simbólica e se define, pela diferença, como algo exterior (1985, p. 7). Para Hobsbawm (2006), ela está ligada à “invenção das tradições”. Bauman (2001, 2005) a define pela *fluidez*, ou seja, o que antes lhe dava sustentação (nação, gênero, família etc.), hoje tem um caráter *líquido*. Pretende-se, neste trabalho, percorrer alguns caminhos teóricos para observar um grupo construindo seu

* Doutoranda em Sociologia pela Universidade de Brasília – UnB. Socióloga, servidora do Ministério das Cidades, lotada no Departamento de Produção Habitacional. Atuação na área de Projetos Especiais de Habitação para comunidades rurais, indígenas, quilombolas e minorias urbanas.
patriciasociologia@yahoo.com.br

perfil identitário. Nossa pesquisa acontece no âmbito do Distrito Federal, local que abriga tantos paradoxos, quanto o País que representa e que tem a peculiaridade de ser uma área geopolítica recente – ano de fundação: 1960.

Nascida de um projeto político populista, espelho de modernidade, com arquitetura arrojada e futurista e setores habitacionais bem definidos, a região é representada no imaginário popular das mais diversas formas: “antro” do poder, “ilha da fantasia”, local de gente ociosa – servidores públicos – ou “cidade sem graça e fria”, lugar sem identidade. A despeito de todos esses clichês, é possível encontrar evidências de que as mesmas pessoas que atribuem esses adjetivos, desconhecem por completo a vida real no Planalto Central. Por outro lado, a confusão Distrito Federal/Brasília, cidade-satélite/bairro, asas/bairro, Plano Piloto/cidade-satélite, cidade/regiões administrativas ocorre entre os próprios habitantes, meios de comunicação e órgãos responsáveis pela administração etc.

É possível perceber indícios de traços identitários definidores de uma maneira de ser típica dos moradores, mesmo com sua fluidez e a dificuldade de encontrá-los explícitos na realidade. As conjecturas só podem ser averiguadas após a realização de pesquisas, pois segundo Teixeira (2006, p. 27): “até o momento, algum grau de improvisação permeia o trabalho desenvolvido neste campo, assim como em outros empreendimentos intelectuais, entre os quais a ausência de trabalhos acadêmicos empíricos quantitativos é uma consequência inegável.” Nesse caso, o presente artigo faz parte de um projeto intelectual de buscar respostas para essa questão sutil e atual. Ela é apenas parte da discussão que ainda desenvolvemos em pesquisa para Tese de Doutorado. Analisar esses rótulos, especialmente o que afirma que Brasília não possui identidade, significa buscar convergências e divergências conceituais e problematizar a própria noção do termo. Quais são os elementos que definem os traços identitários? Como é possível percebê-los? Quais os motivos que levam à sua formação? Quais são as características marcantes do povo brasiliense? Como comprovar sua existência? Como analisar as tentativas já existentes de criar identificadores culturais para a cidade?

A carência de estudos específicos demonstra a necessidade de pesquisas mais profundas sobre a “construção” do Planalto Central. Com isso, admite-se a complexidade do objeto em foco e a fluidez do tema: o estudo de um lugar que transfigura seus símbolos para que a tradição possa ser inventada.

Identidade, tradição, cultura

Derivada do latim *idem*, que significa ‘o mesmo’, a palavra identidade já foi utilizada nas mais diversas áreas de conhecimento, em diferentes sentidos e contextos. No entanto, é no campo das Ciências Sociais que o vocábulo se torna um complexo conceito que, em linhas gerais, pretende se referir ao

[...] processo pelo qual um ator social se reconhece e constrói significado principalmente com base em determinado atributo cultural ou conjunto de atributos, a ponto de excluir uma referência mais ampla a outras estruturas sociais (CASTELLS, 1999, p. 39).

Embora perceptíveis na realidade, tanto o conceito, quanto a noção, são de difícil apreensão. A esse respeito Berger e Luckmann (1978, p. 229) afirmam que

os tipos de identidade podem ser observados na vida cotidiana e [...] as afirmações [...] podem ser verificadas – ou refutadas – por homens comuns dotados de bom-senso. O americano que duvida de que os franceses são diferentes pode ir à França verificar por si mesmo. Evidentemente, a condição dessas tipificações não é comparável à das construções das ciências sociais, nem a verificação ou a refutação seguem os cânones do método científico. [...]. O ponto interessante [...] é que os tipos de identidade são “observáveis”, “verificáveis” na experiência pré-teórica, e por conseguinte pré-científica.

Apesar do caráter volátil, abordar essa discussão pelo prisma da cultura possibilita uma plataforma de visão ampla, principalmente porque os conceitos estão intimamente ligados. Se por um lado, o ser humano é inevitavelmente “moldado” pelo contexto sócio-cultural em que nasce, por outro, deve-se considerar como esse “molde” recebe constantemente respostas subjetivas. Assim, a identidade funcionaria como uma interface entre o indivíduo e a sociedade. A auto-identificação seria um exemplo disso. Marcada pela diferença, ela só faz sentido em relação a outrem. Isso acontece por que cada um sabe exatamente quem ele *não* é – e reconhece o diferente. Da mesma forma, ao admitir essa desigualdade, utilizam-se instrumentos para perceber no grupo o *seu* igual. Assim, a identificação é o que completa o sentimento (cultural) de pertencimento de um sujeito em relação a outro e de um determinado grupo em relação aos demais.

A palavra identidade pode ser encontrada desde a Antiguidade e teve uma força ambivalente na chamada Idade Média. Mas foi a partir do século XVI, após a descoberta da América, que ela surgiu como tema de profundas reflexões. Diante do “choque” provocado pelo encontro com povos tão diferentes, o debate sobre a alteridade foi definitivamente levantado. Ao se deparar com o outro (radicalmente diverso) o europeu teve de buscar formas de explicar-se e explicar as diferenças. Definir a noção identitária passa a ser

necessariamente buscar a resposta para duas perguntas básicas: quem sou eu? Quem é esse outro? Durante muito tempo, essas dúvidas restringiram-se às disparidades “naturais”: gênero, etnia, “raça”, conceitos que serviram para segregar e acentuar as disparidade, agrupar os semelhantes e, muitas vezes, como instrumento de dominação. Lipovetsky (2004, p. 94-95), ao comparar os grupos “simples” com a era *hipermoderna*¹ afirma:

[antes] a identidade religiosa e cultural era vivida como coisa natural, recebida e intangível, excluindo as escolhas individuais. Isso acabou. Na presente situação, a filiação identitária é tudo menos instantânea ou dada em definitivo; ela é, isto sim, um problema, uma reivindicação, um objeto de apropriação dos indivíduos. [...] Antes institucionalizada, a identidade cultural se tornou aberta e reflexiva, uma questão individual suscetível de ser retomada infinitamente.

O indivíduo da sociedade tradicional (para usar termos durkheimianos) estava mais ligado a uma visão coletiva do mundo. Pertencer a um grupo era um fato e não pertencer a outro não era um ponto a ser discutido. Essa idéia também é analisada por Anthony Giddens (2002, p. 37), que define a *reflexividade*², como um elemento marcante no mundo atual, em contraposição às épocas anteriores:

[...] em tais culturas, nas quais as coisas permaneciam mais ou menos as mesmas no nível da coletividade, geração após geração a mudança de identidade era claramente indicada [...]. Nos ambientes da modernidade, por contraste, o eu alterado tem que ser explorado e construído como parte de um processo reflexivo de conectar mudança pessoal e social.

A noção de indivíduo ganha relevo na modernidade e a discussão torna-se cada vez mais plurissignificativa. Especialmente no fim do século XVIII e, ao longo do século XIX, a identidade de classe responde às necessidades de definições na Europa. Na América, à margem desse processo, elas “conviviam” com realidades bem diferentes – escravismo, paternalismo, autoritarismo etc. e os índices identificadores se prendiam radicalmente à idéia de raça.

Depois do problema étnico que culminou com a Segunda Grande Guerra na Europa, o tema foi profundamente revisado. A partir do que se convencionou chamar de globalização, a noção tornou-se muito mais fragmentada e uma infinidade de opções para definir grupos e indivíduos indica que os critérios para entender o pertencimento, dialogam

¹ *Hipermodernidade* é um conceito que designa a exacerbação de valores que caracteriza a atualidade. O termo *hiper* utilizado como prefixo em expressões como hipermercado, hiperindivíduo, hiperconsumo, demonstra como a cultura contemporânea é marcada pelo excesso (cf. Lipovetsky, 2004).

² A *reflexividade* é um dos conceitos centrais sobre a caracterização do que o autor inglês chamou de “Conseqüências da Modernidade”. Diz respeito ao modo como as práticas sociais são revistas e reelaboradas constantemente em virtude do grande fluxo de informações a que os sujeitos sociais estão expostos. A idéia de reflexo demonstra como a informação reflete e é refletida pela atualidade (cf. Giddens, 1991).

com escolhas subjetivas e transitórias. Nessa constante pulverização e afirmação da diferença, as identidades são consideradas unicamente como marca registrada de minorias.

Bauman (2005), a partir da idéia de *modernidade líquida*, ao se defrontar com a centralidade do “problema da identidade”, mostra a ocorrência de uma “crise de pertencimento” que caracteriza o atual momento histórico:

Quando a identidade perde as âncoras sociais que a faziam parecer “natural”, predeterminada e inegociável, a “identificação” se torna cada vez mais importante para os indivíduos que buscam desesperadamente um “nós” a que possam pedir acesso (BAUMAN, 2005, p. 30).

Mesmo que hoje os conceitos sejam volúveis, o indivíduo continua inserindo-se em um grupo e classificando os demais. Essa constatação não é nova nas ciências sociais. Embora Durkheim (2000, p. 141) não aborde sistematicamente a identidade como um problema, suas reflexões apreendem as formas que o ser humano utiliza para organizar a realidade à sua volta. Quando explica, por exemplo, que a religião funciona como uma forma de classificação e ordenamento do mundo reporta-se às noções de eu e de outro. Em sua célebre análise do totemismo australiano, demonstra como os modos de especificação independem de “particularidades étnicas ou geográficas”. Dessa forma, as noções de gênero e de classe (categorias) foram as primeiras a serem utilizadas pelo pensador francês para evidenciar isso. Considerando que identificar é uma forma de ordenar as diferenças e as semelhanças entre indivíduos e grupos sociais, as argumentações dele sobre a influência da coletividade nos comportamentos individuais tocam o assunto – por via diferenciada.

Outro elemento que contribui para fortalecer o sentimento de pertencimento e, com ele, o reconhecimento entre indivíduos e grupos é a historicidade – legitimadora das tradições. Na medida em que elas são “inventadas”, agregam indivíduos isolados que antes não possuíam sentimentos comuns. Agrupados a partir do mesmo, o reconhecimento e os traços passam a ser compartilhados. Uma vez que a história de um grupo não pode ser especificamente descrita, como uma biografia isolada, a construção de um passado está alicerçada em um conjunto de componentes identitários que sustentam a unicidade.

Justamente nessa criação reside o que Benedict Anderson (1989) chamou de “comunidades imaginadas”. Assim, o identitário seria a “liga” que sustenta o que é “comum” entre os indivíduos. Nessa perspectiva, as idéias de Giddens, Anderson e Hobsbawm confluem na mesma direção. Todos afirmam, por vias distintas, que mesmo na atualidade, o tradicional cumpre um papel que é constantemente reinventado à luz do

conhecimento: “a tradição justificada é tradição falsificada e recebe sua identidade apenas da reflexividade do moderno” (GIDDENS, 1991, p. 44-45).

A esse respeito, Hobsbawm (2006, p. 9) destaca o fato de que muitas tradições aparentemente antigas são, na verdade “bastante recentes, quando não são inventadas”. O autor demonstra como, ao longo da história, particularmente no século XIX, alguns Estados nacionais criaram hábitos e práticas com o intuito de impingir em seus membros um conjunto de valores que assegurassem a coesão social e expressassem uma similaridade que estruturava as relações. Dessa forma, a “invenção” do tradicional funciona como instrumento de sobrevivência do próprio grupo e pode ser definida como

um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado. Aliás, sempre que possível, tenta-se estabelecer continuidade com um passado histórico apropriado (HOBSBAWM, 2006, p. 9).

Para sobreviver, o grupo precisa manter um vínculo com o passado, pois nele está agregada a idéia de presente e de continuidade. O historiador também afirma que esse antecedente “não precisa ser remoto, perdido nas brumas do tempo” (*idem*, p. 10) por que a temporalidade da repetição e a apropriação das práticas é relativa.

No caso de Brasília, temos planos temporais distintos: a) o aparente, demarcado pela fundação da cidade em 1960; b) o histórico: transferência da Capital Federal, dentro de um longo processo que transformou determinada porção de terra no que denominamos hoje Brasil.

Brasília: identidade(s) em formação

Neste trabalho, estudar a formação de uma identidade brasiliense significa discutir questões colocadas pela contemporaneidade. Exemplo disso é o fato de que no Brasil, o processo de constituição identitária foi alvo de diversas reflexões do pensamento social, das práticas cotidianas e das manifestações artísticas e culturais. Para ilustrar, tomemos Brasília – uma “cidade inventada”, que sofre do mesmo complexo nacional: uma totalidade formada de uma conjunção sincrética ao longo do tempo. A nação, formada de habitantes daqui (índios), portugueses (e outros europeus) e africanos; a capital, implantada com pessoas de todos os recantos, atrai fluxos migratórios contínuos motivados pelas promessas de

progresso (em sua fundação) e a possibilidade de cargos no funcionalismo público em constante renovação.

Por ser recente e projetada, isso se complica, pois a afirmação de que Brasília é um lugar que não possui identidade definida tem sua argumentação fundamentada na angústia do tempo – consideravelmente curto em relação a outros grandes centros. Isso advém da impressão de que as “coisas antigas” já estão “prontas” – como se elas também não estivessem em transformação e renovação. Essa visão, particular ao senso comum, ignora um conjunto de caracteres típicos e desconsidera que toda tradição foi, um dia, inventada.

As evidências podem ser encontradas na própria história da formação da identidade brasileira. No Brasil, essa questão foi discutida desde o princípio, como atestam inúmeros *Sermões* de Padre Antônio Vieira (1608-1697). Foi objeto de reflexões durante o ciclo das Minas e aflorou na Inconfidência Mineira – a noção de inconfidência já preconiza uma distinção entre partes diferentes. Mas, a partir da Independência, que coincide com o surgimento do movimento romântico (1822), tanto na política, quanto na arte, a busca pela distinção dos traços entre brasileiros e portugueses, entre América e Europa, torna-se imprescindível na constituição da brasilidade. Até o século XIX a colônia viveu em torno das atividades econômicas para a metrópole, mas a partir da transferência da família real, se formou uma “vida cultural”³ que atendia às necessidades da corte portuguesa no País e que, por extensão, tornava-se brasileira:

A passagem da época colonial para os primeiros anos de vida independente acarreta mudanças pouco significativas na vida intelectual, até então rudimentar, em decorrência da debilidade da sociedade civil, da vida política, do sistema educacional. A alteração mais importante se deve às necessidades políticas de criação do novo Estado, surgindo daí algumas instituições de ensino superior, principalmente o jurídico, e um mercado cultural, onde se publicam jornais, editam-se livros, montam-se peças de teatro (COUTINHO, 1990, p. 19 *apud* MOREIRA, 1993, p. 26).

A instalação da família real (1808), a Independência (1822) e a República (1889), impulsionaram a busca dos elementos que constituíam a nação. Autores como José de Alencar, Machado de Assis, Joaquim Nabuco, Sílvio Romero, dentre outros, preocupavam-se em explicar os traços e “instintos” nacionais. Geralmente confrontando o “atraso” daqui, com o progresso de lá, buscavam formas de transformar a sociedade e de inseri-la na ordem

³ Evidentemente está-se referindo ao que é comumente chamado de “cultura erudita”. Certamente o Brasil já possuía “vida cultural” desde muito antes da chegada dos europeus no século XVI. Até o século XIX os diversos povos indígenas que viviam aqui, os africanos trazidos para trabalhar, além dos portugueses já haviam criado “culturas” diversificadas – elitistas ou populares.

ocidental: “as condições geográficas, econômicas, políticas e sociais já se manifestam nas primeiras imagens do País, iniciando, ainda que de maneira embrionária, a longa tradição que se formaria de construir a identidade nacional” (MOREIRA, 1993, p. 29).

Na primeira metade do século XX, isso se intensificou e culminou com o *movimento modernista* que representou um marco nas artes. A cultura brasileira foi definida justamente pelo caráter sincrético de seu povo. Por sermos “sem nenhum caráter” e “antropófagos”, nos dizeres de Mário e Oswald, aí residia nossa peculiaridade. Na política, além do Tenentismo, a Revolução de 30 avançou em direção à modernidade ao romper com o domínio agrário dos fazendeiros cafeicultores. Com o fim da Primeira República, anunciava-se a entrada na era industrial. Finalmente poderia definir-se perante o outro, aparentemente, a partir de parâmetros equivalentes. Nas Ciências Sociais, a pergunta sobre o caráter nacional destacou-se nas obras dos “retratistas”: Paulo Prado, Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, Caio Prado Junior, dentre outros. Preocupados em compreender o processo de formação e transformação da cultura, os valores da nação em constantes mudanças, a diversidade étnica e racial, ofereciam variadas explicações – “melancolia”, atraso econômico, mestiçagem, democracia racial – e assim contribuíam para criar/identificar imagens de uma tradição que se ligava ao contexto da época.

Esses movimentos intelectuais coincidiram com um projeto político de avanço da nação. Porém, como afirma Ianni (1996, p. 33), “os prenúncios do Brasil moderno esbarravam em pesadas heranças de escravismo, autoritarismo, coronelismo, clientelismo”. Às voltas com as contradições, o projeto de inserção nessa ordem logrou antes de tudo, colocar no centro dos debates, possíveis imperfeições e reinterpretá-las. Modernizar-se significava compreender que:

Na nossa cultura há uma ambigüidade fundamental: a de sermos um povo *latino*, de herança cultural européia, mas etnicamente mestiço, situado no trópico, influenciado por culturas primitivas, ameríndias e africanas. Esta ambigüidade deu sempre às afirmações particularistas um tom de constrangimento, que geralmente se resolvia pela idealização. [...] O modernismo rompe com este estado de coisas. As nossas *deficiências*, supostas ou reais, são reinterpretadas como *superioridades* (CANDIDO, 2006, p. 127) [grifos do original].

Buscava-se a chave para explicar essas ambigüidades com algo capaz de unificar diferenças e desigualdades. Ao criar uma identidade nacional a partir da “mistura”, a segregação seria suplantada e, ao equiparar as diferenças, ela aproximaria os indivíduos por

meio das características comuns. Bauman afirma que o problema do sentimento de pertença emerge e dilui as convicções construídas arduamente pelo Estado nacional:

A idéia de “identidade” nasceu da crise do pertencimento e do esforço que esta desencadeou no sentido de transpor a brecha entre o que “deve” e o que “é” e erguer a realidade ao nível dos padrões estabelecidos pela idéia – recriar a realidade à semelhança da idéia (BAUMAN, 2005, p. 26) [grifos do original].

Nesse contexto marcado por mudanças e incertezas, o Brasil ainda se via às voltas com a disparidade entre o “retrato” modernizador que pretendia mostrar – *o que deve ser* – e o que era revelado pelos “retratistas” – *o que é*. Assim, a preocupação com os elementos nacionais culmina com a “promessa” de uma nova realidade erguida à imagem e semelhança do modelo sonhado. Muito embora a “Idéia de Brasil Moderno” não tenha se concretizado nas práticas sociais e nas relações de poder, o processo de industrialização continuava impulsionado por projetos políticos. O período de 1930 a 1945 – a “Era Vargas” – ficou conhecido pelo populismo e por uma política centralizadora e nacionalista. Ao longo de dois mandatos, investiu fortemente na criação de um parque industrial e em obras de infra-estrutura e marcou decisivamente as relações de trabalho com medidas que beneficiariam os trabalhadores. A modernidade continuava como divisa, discurso e meta. A chegada de Juscelino Kubitschek à presidência marcou um período otimista, simbolizado pela política desenvolvimentista focada no progresso econômico e em incentivos industriais. Dentre as medidas implementadas, a construção e a transferência da capital para o Planalto Central significava a meta-síntese do plano de governo. Como afirma Ianni (1996, p. 36):

Tanto no nível do pensamento como no das práticas de governantes e grupos sociais mais poderosos, observa-se impaciência, pressa, sofreguidão. Algumas realizações famosas dão uma idéia desse clima. A construção da cidade de Brasília pretende simbolizar o Brasil Moderno, representa o coroamento de uma longa história de intentos de tornar o Brasil contemporâneo do seu tempo. Uma capital nova, feita sob medida, lançada em traços audaciosos, nas proporções do século XXI – e povoada pela mesma humanidade que se pretendia esquecer ou exorcizar.

Além de audacioso, o projeto da construção de Brasília era o próprio símbolo da modernização. Congregava também as expectativas de expansão do interior e a desejada integração. Era como se um “novo Brasil” estivesse prestes a nascer no coração do País. Com ele, nasceriam também uma nova gente e uma nova sociedade em que as desigualdades seriam superadas por meio de um projeto urbanístico democrático e inovador. No entanto, o novo misturou-se às “raízes” e a capital do futuro tornou-se algo inesperado, imprevisível, movente. De tão “mítica”, não concretizou o “sonho” do novo, e

se tornou estranha para boa parte da população. Segundo Teixeira (2006, p. 14) muitos clichês são utilizados para referir-se a Brasília, o que demonstra o imaginário brasileiro sobre ela, tais como, a metáfora da “ilha da fantasia”, ou da falta de identidade. As contradições inerentes às essas imagens construídas, são apontadas por Ribeiro (2004, p. 9):

[...] desigualdade e não igualdade, fraturas sociais e não homogeneidade, extremas diferenças e não similitudes demarcam a cidade que se oferece como espelho do país. A Brasília “ilha da fantasia”, metáfora que sintetiza a alienação e a mistificação que acompanham o exercício do poder central, comporta incômodas similitudes com o decadente Rio.

Além dos estereótipos, a afirmação de que a jovem capital ainda não possui identidade também é recorrente. Enquanto a primeira idéia remete à vida política local (como se todos os seus habitantes vivessem da/para a política), a segunda diz respeito ao sincretismo cultural e social do lugar que leva as pessoas a acreditarem que, pelo fato de haver tantas misturas, o lugar não apresente *nenhum* traço predominante.

Esse fenômeno pode ser percebido nos discursos dos habitantes de outras regiões ao se referirem a Brasília: o espaço urbano denominado Distrito Federal restringe-se (no imaginário) à área do Congresso Nacional. E mesmo que esse fenômeno possa ocorrer em outros lugares, devido à dimensão continental do País, aqui mesmo há muitos problemas para definir exatamente o que é Brasília e o que é Distrito Federal. A população que vive fora do Plano Piloto, por exemplo, se define como brasiliense, e não como taguatinsense, ou ceilandense e, muito menos, como “distritense”. Nos meios de comunicação, em índices econômicos e até mesmo nas placas de acesso – Goiás/DF; DF/Brasília; Brasília/Cidades-Satélites – essa confusão ocorre constantemente.

Considerando que vários estudos, mesmo com outros enfoques, remetam à questão da identidade brasiliense – ou da falta dela – é possível perceber um movimento recente de descoberta ou de busca pelas suas características. Isso pode ser aferido nos meios de comunicação regionais que auto-justificam as informações como “coisas daqui”; a cultura popular sincrética de pessoas que vieram de outros lugares e que elegeram Brasília como *sua* cidade; e, principalmente, pelas gerações nascidas e enraizadas que começam a constituir uma genealogia e memória brasiliense.

Isso converge para a seguinte pergunta: Se os *candangos* são as pessoas que vieram para a construção do Plano Piloto, quem são exatamente os *brasilienses*? A investigação da existência dos traços culturais, nesse conjunto de exemplos, já é perceptível em reflexões como a de Nunes (2004, p. 83-84):

Referenciais [simbólicos] ofereceriam suporte tanto para a identidade individual como para a identificação social do indivíduo, de tal forma que estudar o fenômeno da estratificação do espaço social de Brasília passaria, num primeiro momento, pelo estudo ou decodificação dos *mecanismos de construção dos aspectos exteriores de identificação que seriam específicos à cidade*. A vida social que se instaura é organizada por meio de vínculos que, *embora recentes no tempo e no lugar* – e portanto, aparentemente frágeis –, *vão construindo formas de vida* que irão, pouco a pouco, *traduzindo-se na forma de ser “brasiliense” ou “candanga”*. [grifos nossos]

Essa “forma de ser”, típica dos moradores da capital federal, tem sua gênese em episódios como o narrado por Luz (1982, p. 162-164), citado por Teixeira (2006, p. 25-26), no qual um garotinho nascido em Brasília, filho de pais cariocas que vieram trabalhar no planalto central, ao ser confrontado com a possibilidade de ter de “voltar” para o Rio de Janeiro considera a idéia absurda, pois sua cidade era aqui. Portanto ele não “voltaria”, mas “deixaria” *sua* terra. Diante desse episódio ilustrativo – ocorrido há mais de duas décadas – é possível questionar se esse sentimento de pertença não teria se estendido às gerações subseqüentes originando um modo de ser e de viver típico do povo brasiliense.

Questões finais

A tarefa de buscar essas características identitárias requer uma análise mais detida das peculiaridades locais: uma cidade jovem; projetada urbanística e arquitetonicamente; planejada para ser a capital do Brasil, em uma região ainda despovoada, que atraiu e continua atraindo correntes migratórias. Centro do poder e das decisões nacionais; cuja economia gira em torno do serviço público; possui custo de vida e as médias salariais altos – que se contrapõem à realidade do “entorno”. Traz em si as mais notáveis contradições sociais brasileiras e combina traços de grandes metrópoles – o individualismo – com características de pequenas cidades – segurança pública razoável, se comparada com grandes centros urbanos; mas problemática nas cidades-satélites. Brasília é o exemplo vivo e urbanístico do que Berman (1986, p. 13) chamou de modernidade: “ser moderno é viver uma vida de paradoxo e contradição [...] é ser ao mesmo tempo revolucionário e conservador”.

Dentre as singularidades, uma delas merecerá atenção especial para a pesquisa: as manifestações identitárias florescendo na cultura popular. Algumas, menos organizadas, outras, extremamente conscientes, todas, com o objetivo de “criar um identificador cultural em Brasília”. Como exemplo disso, pode-se citar o caso de grupos como “Seu Estrelo e o Fuá do Terreiro”, “Mambembrincantes”, “Batucató”, “Flor de Babaçu”, “Boi do Seu

Teodoro”, “Feijão de Bandido”, dentre outros. A maioria possui a mistura de ritmos musicais, danças e gêneros artísticos como traço diferenciador e pretendem representar a cultura “típica” da Capital Federal para a nação e para o mundo. Para tal, utilizam mitos e lendas (re)criados, ritmos e movimentos misturados, a partir de figuras que simbolizam o cerrado, a construção da cidade e as correntes migratórias, numa clara atitude de “invenção da tradição”.

De forma menos consciente e, a partir de uma observação ainda em processo algumas práticas e ações podem ser caracterizadas como elementos identitários de Brasília: o churrasquinho no fim do dia que permite uma considerável aglomeração de pessoas nas (áreas) comerciais das quadras; a criação e o passeio compulsivos com cachorros nas entre-quadras; as vias, ao invés de ruas; um “sotaque” peculiar em algumas quadras da Asa Norte (denominadas “Quatrocentas”); a memória de uma Capital do Rock (anos 80); a formação de uma “Capital do Choro” (na atualidade); a presença enorme de Parques e de Natureza (cerrado); a visita à Esplanada (por moradores das cidades-satélites e por um turismo cívico crescente); e a freqüente ida a “botecos” tradicionais: pontos típicos de vários grupos sociais e local “interessante” para levar os visitantes.

A esse respeito é interessante ainda observar: Brasília foi precocemente “tombada” pelo IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Esse fato indica que há no mínimo um paradoxo entre a visão e os discursos criados em torno da cidade. Como foi possível tombá-la sem que ela possuísse uma identidade na história? Em se tratando desse vínculo com o passado e projeção para o futuro, a análise deve ser cautelosa, pois como afirma Lipovetsky, (2004, p. 92) ela se configura cada vez mais como uma marca da contemporaneidade:

O retorno prestigioso do passado extrapola em muito o culto ao retrô, às comemorações e ao patrimônio histórico. Ele se concretiza com ainda mais intensidade no despertar [...] das novas solicitações identitárias. [...] as sociedades contemporâneas assistem a um fortalecimento de referenciais que remetem ao passado, de uma necessidade de continuidade entre passado e presente, da preocupação de dotar-se de raízes e memória.

Note-se que, além de legitimar a identidade, a (re)descoberta do passado, evidencia a necessidade humana de “fazer parte” de uma coletividade e construir referenciais diante do relativismo e da *fluidéz* típicos do presente. Talvez seja essa necessidade que oriente a confecção de uma imagem a ser adotada como “retrato brasileiro”. O fato de comportar diversas manifestações de diferentes lugares: choro, samba, tambores, bumba-meu-boi, danças variadas, entre outras manifestações; artistas de vários gêneros e lugares, sugere que

a capital possui a mistura nacional característica e que possivelmente a sua “marca registrada” pode surgir justamente dessa pluralidade. Para Teixeira (2006, p. 9-10) é importante investigar as peculiaridades da capital, que vem se firmando como pólo irradiador bastante fértil “para a produção e maturação de talentos” artísticos em diversas áreas “quando comparada a outros centros urbanos brasileiros maiores.” Indubitavelmente essas singularidades estão entre as características que precisam ser analisadas.

Ante o exposto, algumas questões, no que diz respeito à existência, ou não, de traços culturais capazes de identificar os moradores do Distrito Federal, merecem ser retomadas: como se dá o processo de construção da identidade brasiliense? Apesar de ser uma cidade jovem, já é possível delinear os parâmetros que formam essa identidade? Onde buscar e encontrar esses elementos? Caso essas perguntas obtenham ecos, o País se reconhecerá na sua capital, uma espécie de “espelho d’água”, capaz de refletir o seu sincretismo cultural e a ânsia de definir-se inventivamente como povo? Como fato concreto reside a busca e a necessidade de definição; de certa forma, este trabalho analisa esse processo e ao mesmo tempo se insere nele.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDERSON, Benedict. **Nação e consciência nacional**. Trad. Lélío L. de Oliveira. São Paulo: Ática, 1989.
- BAUMAN, Zigmunt. **Identidade**: entrevista a Benedetto Vecchi. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- _____. **Modernidade Líquida**. Trad. Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. **A Construção Social da Realidade**. 4. ed. Trad. Floriano de Souza Fernandes. Petrópolis: Vozes, 1978.
- BERMAN, Marshal. **Tudo que é sólido desmancha no ar**: a aventura da modernidade. Trad. Carlos Felipe Moisés e Ana Maria L. Ioratti. São Paulo, Cia das Letras, 1986.
- CALVINO, Ítalo. **As cidades Invisíveis**. Trad. Diogo Mainardi. São Paulo: Cia das Letras, 1990.
- CANDIDO, Antônio. Literatura e cultura de 1900 a 1945 (panorama para estrangeiros). In: _____. **Literatura e Sociedade**. 9. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006.
- CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**: a era da informação – economia, sociedade e cultura, vol. 1. 4. ed. Trad. Roneide Venâncio Majer. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- _____. **O poder da identidade**: a Era da Informação: economia, sociedade e cultura, vol. 2. Trad. Klauss Brandini Gerhardt. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

- DURKHEIM, Émile. **As formas elementares da vida religiosa**. Trad. Paulo Neves. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- EAGLETON, Terry. **A idéia de Cultura**. Trad. Sandra Castello Branco. São Paulo: Ed. UNESP, 2005.
- GIDDENS, Anthony. **As conseqüências da Modernidade**. Trad. Raul Fiker. São Paulo: Ed. UNESP, 1991.
- _____. **Modernidade e Identidade**. Trad. Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 7. ed. Trad. Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
- HALL, Stuart. Quem precisa da identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.); HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn. **Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais**. 6.ed. Petrópolis, RJ: vozes, 2000.
- HOBBSBAWM, Eric; Introdução: A Invenção das Tradições. In: HOBBSBAWM, Eric RANGER, Terence. (Orgs.). **A invenção das tradições**. 4. ed. Trad. Celina Cardim Cavalcante. São Paulo: Paz e Terra, 2006.
- IANNI, Octávio. **A Idéia de Brasil Moderno**. São Paulo: Brasiliense, 1996.
- LIPOVETSKY, Gilles; CHARLES, Sébastien. **Os tempos hipermodernos**. Trad. Mário Vilela. São Paulo: Barcarolla, 2004.
- LISPECTOR, Clarice. **A descoberta do mundo**. Rio de Janeiro: Rocco, 1999.
- MEDINA, Cremilda. (Org.). **Narrativas a céu aberto: modos de ver e viver Brasília**. Brasília: Ed. UnB, 1998.
- MOREIRA, Roberto S. C. **Identidade e Pensamento Social no Brasil**. 1993. 305 f. Tese (Doutorado em Sociologia) Departamento de Sociologia, Universidade de Brasília. Brasília, 1993 mimeo.
- NUNES, Brasilmar Ferreira. **Brasília: a fantasia corporificada**. Brasília: Paralelo 15, 2004.
- ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- RIBEIRO, Ana Clara Torres. Brasília, cidade plena. In: NUNES, Brasilmar Ferreira. **Brasília: a fantasia corporificada**. Brasília: Paralelo 15, 2004.
- SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.); HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn. **Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais**. 6. ed. Petrópolis, RJ: vozes, 2000.
- TEIXEIRA, João Gabriel Lima Cruz. Transculturalismo e processos identitários: a experiência de Brasília. In: **Tomo** – Revista do Núcleo de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais da Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão – SE, ano IX, n. 9, 2006.
- WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.); HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn. **Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais**. 6. ed. Petrópolis, RJ: vozes, 2000.